

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.763.062 - MT (2018/0222219-6)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : CHRISSY LEÃO GIACOMETTI E OUTRO(S) - MT015596
RECORRIDO : EJS COMERCIO DE VEICULOS LTDA
RECORRIDO : IVETE MANDACARI SILVA & CIA LTDA
RECORRIDO : RADAR SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA
RECORRIDO : IMS OCULOS E ACESSORIOS LTDA
ADVOGADOS : CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES - MT014485
VITTOR ARTHUR GALDINO - MT013955
AUGUSTO MARIO VIEIRA NETO - MT015948
JOAO TITO SCHENINI CADEMARTORI NETO E OUTRO(S) - MT016289

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS GARANTIDOS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NÃO SUJEIÇÃO.

- 1. Em face da regra do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/2005, não se submetem aos efeitos da recuperação judicial os créditos garantidos por alienação fiduciária.*
- 2. Precedentes específicos do STJ.*
- 3. Incidência da Súmula 83/STJ.*
- 4. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.*

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por CAIXA ECONÔMICA FEDERAL com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição da República contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (fl. 191):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - RECLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITOS - GARANTIA REAL PRESTADA POR TERCEIROS - CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO EM RELAÇÃO À RECUPERANDA - RECURSO DESPROVIDO. Se a garantia real que assegura os créditos do agravante é da propriedade de terceiros, não integrando o patrimônio da empresa em recuperação judicial, a credora tem direito pessoal de crédito perante a devedora, que deve ser incluído dentre os quirografários, conservando, no entanto, seus direitos e

Superior Tribunal de Justiça

privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso. Inteligência do artigo 49 da Lei n° 11.101/2005. (TJ/MT. Agravo de Instrumento n°. 2.562/2011, Rei. Des. Orlando de Almeida Perri - julgado em 31/05/2011)

Agravo de instrumento interposto contra a decisão do juízo de primeiro grau que, nos autos da ação de cumprimento de sentença, indeferiu o pedido de suspensão do processo até a conclusão da sua recuperação judicial.

Consta dos autos que CAIXA ECONÔMICA FEDERAL interpôs recurso de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a decisão proferida pelo Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Capital que, nos autos da ação de recuperação judicial ajuizada por EJS COMÉRCIO DE VEÍCULOS E OUTROS, rejeitou os embargos de declaração apresentados pela parte agravante, entendendo que os contratos gravados por alienação fiduciária prestada por terceiros se submetem aos efeitos da recuperação judicial e devem ser classificados como crédito quirografário.

O Tribunal de Justiça de origem negou provimento ao recurso conforme a ementa acima transcrita.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente alegou violação ao art. 49, § 3º, da Lei n.º 11.101/2005, ao argumento de que o crédito garantido por alienação fiduciária de bem imóvel de terceiro não se submete aos efeitos da recuperação judicial como crédito quirografário. Requereu, por fim, o provimento do recurso especial.

Houve apresentação de contrarrazões às fls. 231/239.

O Ministério Público Federal ofertou parecer às fls. 251/254.

É o relatório.

Passo a decidir.

A controvérsia posta nos presentes autos cinge-se em analisar se os créditos garantidos por alienação fiduciária de imóvel, mesmo que o bem seja de propriedade de terceiros, deve ser excluído da recuperação judicial.

Conforme destacado no parecer do eminente Subprocurador-Geral da República, Dr. Antonio Carlos Martins Soares, há posicionamento no âmbito do

Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça no sentido de que os créditos garantidos por alienação fiduciária não se submetem aos efeitos da recuperação judicial.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO AGRAVADO.

1. Compete ao juízo da recuperação judicial a prática de atos de execução (constitutivos/expropriatórios) deduzidos em face do patrimônio da empresa recuperanda, mesmo após o transcurso do prazo de 180 dias de suspensão, previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05.

2. Segundo orientação jurisprudencial firmada por esta Corte Superior de Justiça, os credores cujos créditos não se sujeitam ao plano de recuperação, mesmo aqueles garantidos por alienação fiduciária, não podem expropriar bens essenciais à atividade empresarial, sob pena de subvertendo-se o sistema, conferir maior primazia à garantia real em detrimento do princípio da preservação da empresa.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1417663/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 04/06/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. CRÉDITOS GARANTIDOS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NÃO SUJEIÇÃO. SÚMULA 83/STJ.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, devem ser afastadas as alegadas ofensas ao artigo 1022 do Código de Processo Civil de 2015.

2. Em face da regra do art. 49, § 3º, da Lei 11.101/2005, não se submetem aos efeitos da recuperação judicial os créditos garantidos por alienação fiduciária. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1350910/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 25/04/2019)

DIREITO FALIMENTAR. RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CRÉDITOS. NÃO

SUJEIÇÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO DEVEDOR-CEDENTE. REGISTRO NO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS. DESNECESSIDADE.

1 - Impugnação de crédito apresentada em 20/8/2013. Recurso especial interposto em 2/2/2015 e atribuído à Relatora em 25/8/2016.

2 - O propósito recursal é definir se os créditos cedidos fiduciariamente ao recorrente necessitam de prévio registro no Cartório de Títulos e Documentos competente para serem excluídos dos efeitos da recuperação judicial da devedora-cedente.

3 - A alienação fiduciária de coisa fungível e a cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou títulos de créditos não estão submetidas aos efeitos da recuperação judicial (inteligência do art.

49, § 3º, da Lei 11.101/05). Precedentes.

4 - Ao sistema especial que engloba o instituto da alienação fiduciária de coisa fungível e a cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou títulos de créditos - hipótese dos autos - não se aplica a norma do art. 1.361, § 1º, do CC, pois esta incide somente sobre propriedade fiduciária de coisa móvel infungível. 5 - A sujeição da propriedade fiduciária, conforme sua natureza, à respectiva disciplina legal é determinação expressa do próprio Código Civil, segundo o qual "as demais espécies de propriedade fiduciária ou de titularidade fiduciária" (vale dizer, quando não se tratar de negócio fiduciário envolvendo bem móvel infungível) "submetem-se à disciplina específica das respectivas leis especiais, somente se aplicando as disposições deste Código naquilo que não for incompatível com a legislação especial" (art. 1.368-A).

6 - À espécie, portanto, incide a disciplina normativa especial da Lei 4.728/65, que não exige o registro em cartório como elemento constitutivo da propriedade ou titularidade fiduciária.

7 - De fato, tratando-se de titularidade derivada de cessão fiduciária, a condição de proprietário é alcançada desde a contratação da garantia. Nessas hipóteses, uma vez preenchidos os requisitos exigidos pelo arts. 66-B da Lei do Mercado de Capitais e 18 da Lei 9.514/97, opera-se a transferência plena da titularidade dos créditos para o cessionário, haja vista a própria natureza do objeto da garantia, fato que o torna o verdadeiro proprietário dos bens, em substituição ao credor da relação jurídica originária.

8 - Essas circunstâncias são suficientes para exclusão dos créditos em questão dos efeitos da recuperação judicial do

Superior Tribunal de Justiça

devedor-cedente, pois o art. 49, § 3º, da LFRE exige, apenas e tão somente, que o respectivo credor figure como titular da posição de proprietário fiduciário, condição que, como visto, independe do registro do contrato no Cartório de Títulos e Documentos.

9 - Os créditos cedidos em garantia, na medida em que deixam de integrar o patrimônio do cedente, não podem ser alcançados por eventuais pretensões de outros de seus credores, sujeitos cujas esferas jurídicas não sofrerão, como corolário - em razão da ausência de justa expectativa sobre aqueles créditos -, repercussão negativa decorrente de sua exclusão dos efeitos da recuperação judicial do devedor.

10 - Não havendo quebra de confiança ou frustração de legítima expectativa dos demais credores da recuperanda, não há que se cogitar de violação ao princípio da boa-fé.

11 - Recurso especial provido. (REsp 1592647/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 28/11/2017)

Ante o exposto, com base no art. 932, inciso V, do CPC/15, conheço e dou provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator